

Teorias sobre o lembrar: Causalismo, simulacionismo e funcionalismo

Theories of remembering: Causalism, simulationism, and functionalism

André Sant’Anna (Centre for Philosophy of Memory, Université Grenoble Alpes)

Kourken Michaelian (Centre for Philosophy of Memory, Université Grenoble Alpes)

(Forthcoming in *Voluntas*. Special Issue “Philosophy of Memory”, eds. César Schirmer dos Santos and Tiegue Vieira Rodrigues)

Resumo

O que é o lembrar? Quando podemos dizer que um sujeito lembra um evento do passado? Essas são duas questões centrais na filosofia da memória, uma área que vem experimentando uma rápida expansão nos últimos anos. Por quase meio século, a teoria causal da memória, inicialmente proposta por Martin e Deutscher (1966), dominou o debate sobre como devemos responder às duas questões iniciais. Mais recentemente, no entanto, a teoria causal se tornou alvo de duras críticas, o que motivou os filósofos da memória a desenvolverem duas novas teorias sobre o lembrar: a teoria simulacionista e a teoria funcionalista. Neste artigo, exploramos essas teorias em mais detalhes com o objetivo de tornar mais claro quais são seus comprometimentos, assim como suas vantagens e desvantagens.

Palavras-chave: Lembrar; Memória; Causalismo; Simulacionismo; Funcionalismo

Abstract

What is it to remember? When can we say that a subject remembers an event from the past? These are two central questions in philosophy of memory, an area that has witnessed a rapid expansion in the past few years. For almost fifty years, the causal theory of memory, initially proposed by Martin and Deutscher (1966), dominated the attempts to answer the two initial questions. More recently, however, the causal theory has been widely criticized, which has motivated philosophers to develop two new theories of the nature of remembering: the simulation theory and the functionalist theory. In this paper, we discuss these three theories in more detail with the goal of clarifying their commitments, as well as their motivations and problems.

Palavras-chave: Remembering; Memory; Causalism; Simulationism; Functionalism

Introdução

O que é o lembrar? Quando podemos dizer que um sujeito lembra um evento do passado? A teoria causal da memória, de acordo com a qual, para se lembrar um evento, é preciso que a memória seja causada pela experiência passada do evento, dominou por muitas décadas o modo em que os filósofos da memória responderam a essas questões. Mais recentemente, no entanto, novas teorias foram propostas como alternativas à teoria causal. Por um lado, a teoria simulacionista diz que, dado o modo em que os sistemas cognitivos responsáveis por produzirem nossas memórias funcionam, é implausível exigir que todas as memórias sejam causadas pelas experiências passadas dos eventos que elas representam. A memória, para o simulacionista, é melhor entendida como uma capacidade que temos para *imaginar* eventos experienciados por nós no passado. Por outro lado, a teoria funcionalista diz que, ao analisar a memória, precisamos levar em conta não somente como os sistemas cognitivos responsáveis pela memória funcionam, tal como é feito pela teoria causal e pela teoria simulacionista, mas também o fato de que essas memórias nos permitem formar crenças sobre o passado. Por oferecerem perspectivas bastante diferentes sobre a memória, uma análise mais cuidadosa dos pontos de divergência entre essas três teorias é de extrema importância para podermos decidir qual delas oferece melhores respostas aos questionamentos iniciais. Com isso em vista, o nosso objetivo neste artigo é o de caracterizar essas três teorias, de modo a tornar mais claro quais são seus comprometimentos, assim como suas vantagens e desvantagens. Procedemos do seguinte modo: nas Seções 1, 2, e 3, discutimos e caracterizamos, respectivamente, a teoria *causal*, a teoria *simulacionista*, e a teoria *funcionalista*. Em cada seção, apresentamos duas motivações e dois problemas que são discutidos no contexto de cada uma dessas teorias. Notamos que, embora o objetivo central do nosso artigo seja apresentar e caracterizar essas teorias, não discutiremos aqui como os defensores de tais teorias respondem aos problemas que introduzimos ao longo do artigo, dado que tal discussão extrapolaria o escopo da nossa proposta. Indicamos, no entanto, referências relevantes na literatura recente que desenvolvem os pontos relevantes em mais detalhes.¹

Notamos, mais ainda, que nossa discussão se baseia em um recorte bastante específico da literatura filosófica, no qual optamos por discutir teorias mais recentes do lembrar que foram

¹ Para uma revisão mais completa da literatura acerca da teoria causal e desenvolvimentos subsequentes, ver Michaelian e Robins (2018).

desenvolvidas em resposta à teoria causal. A teoria causal não é, entretanto, a primeira teoria do lembrar a ser desenvolvida pelos filósofos. Mais notadamente, abordagens *empiristas*, que tentam explicar o lembrar em termos da *experiência subjetiva* que caracteriza a memória (HUME, 2011; RUSSELL, 1921; HOLLAND, 1954; ver BYRNE, 2010 para uma abordagem similar na literatura recente), e abordagens *epistêmicas*, que tentam explicar o lembrar como uma forma de *conhecimento* (MALCOLM, 1963; BERNECKER, 2010; JAMES, 2017; FRISE, 2019), são abordagens proeminentes na literatura que foram omitidas. Ao omitir essas teorias, no entanto, não pretendemos sugerir que elas são menos importantes do que as teorias discutidas aqui, mas somente que, para os propósitos de uma discussão mais geral sobre teorias do lembrar que respondem diretamente à teoria causal, essas teorias não se apresentam como centrais.

Antes de procedermos à discussão central do artigo, será de utilidade definir com mais precisão o que entendemos por memória ou lembrar. Embora existam diferentes tipos de memória que são estudadas por psicólogos e filósofos, para os propósitos da nossa discussão, focaremos apenas no que usualmente se denomina *memória episódica* (TULVING, 1972; TULVING, 1985). Memórias episódicas são memórias de eventos particulares que experienciamos no passado, tais como a memória da sua festa de aniversário de dez anos ou a memória da sua formatura. Essas memórias são, invariavelmente, acompanhadas por uma experiência consciente distintiva (KLEIN, 2015); isto é, elas nos permitem “reviver” ou “re-experienciar” os eventos que são lembrados (TULVING, 2005; KLEIN, 2015). Memórias episódicas são, portanto, distintas do que podemos chamar de *memória semântica* ou *memória proposicional* (TULVING, 1972, 1985; BERNECKER, 2010), tais como a memória de que Paris é a capital da França ou a memória de que o Brasil se situa no hemisfério sul, que nos permitem acessar certos fatos sobre o mundo que aprendemos no passado, mas que não estão vinculadas a nenhum evento específico e, portanto, não são necessariamente acompanhadas de uma experiência consciente distintiva. Com essa clarificação em mente, as afirmações feitas pela teoria causal, pela teoria simulacionista, e pela teoria funcionalista consideradas a seguir serão restritas ao âmbito da *memória episódica*.

1. A teoria causal da memória

A teoria causal da memória, desenvolvida originalmente por Martin e Deutscher (1966), diz que lembrar um evento episodicamente requer a existência de uma conexão causal entre uma representação mental que formamos desse evento no presente—chamemos essa representação

de *representação mnêmica*²—e a representação mental que tivemos desse evento no passado—chamemos essa representação de *representação perceptual*. Para ilustrar essa ideia,³ suponhamos que eu tenha uma representação mnêmica da minha festa de aniversário de dez anos, na qual meus pais estão presentes, na qual vejo-me jogando futebol com meus amigos de infância, vejo-me comendo bolo de chocolate, etc. De acordo com a teoria causal, para que essa representação mnêmica seja classificada como uma ocorrência de memória episódica, e consequentemente, como uma ocorrência genuína de lembrança, é preciso que ela seja causada pela experiência, ou representação perceptual, desse evento.

De modo geral, a ideia é que a representação perceptual do evento deve dar início a uma cadeia causal que, em última instância, resultará na representação mnêmica que tenho desse evento no presente. De modo mais detalhado, a sugestão é que, durante a minha festa de aniversário, meus órgãos sensoriais foram estimulados pelo evento em questão, levando à formação de uma representação perceptual desse evento. Essa representação, por sua vez, estimulou certos processos em minha mente ou cérebro que resultaram no registro e no armazenamento de informações referentes à minha festa de aniversário—por exemplo, que meus pais estavam presentes, que comi bolo de chocolate, etc.—de modo que, no momento atual, essas informações são retomadas em minha mente, causando então a produção de uma representação mnêmica da minha festa de aniversário de dez anos. A existência dessa conexão causal é, de acordo com Martin e Deutscher (1966), uma condição *necessária* para a memória, ou seja, uma condição que deve ser satisfeita em todas as ocorrências de lembrança.

1.1. Motivações para a teoria causal

Existem duas motivações centrais oferecidas em favor da teoria causal. A primeira diz que ela nos permite distinguir entre ocorrências de lembrança e ocorrências de imaginação. A segunda diz que ela nos permite distinguir entre ocorrências de lembrança e ocorrências de “reaprendizado”.

1.1.1. Motivação 1: Memória e imaginação

² É importante notar que o termo “representação mnêmica” é utilizado de forma ampla aqui, de modo a designar não somente ocorrências *genuínas* de memória, como quando represento um evento passado como tendo sido experienciado, e é o caso que experienciei tal evento, mas também ocorrências *aparentes* de memória, como quando represento um evento passado como tendo sido experienciado, mas não é o caso que experienciei tal evento.

³ Para simplificar, utilizaremos pronomes em primeira pessoa do singular para discutirmos os exemplos apresentados no texto.

A primeira motivação oferecida em favor da teoria causal diz que ela nos permite distinguir entre ocorrências de lembrança e ocorrências de imaginação. Consideremos um exemplo para ilustrar a ideia. Suponhamos que eu forme uma representação mnêmica de ter visitado Paris quando criança. Suponhamos que, por algum motivo, eu represente esse evento como tendo sido experienciado por mim, ainda que ele não tenha ocorrido de fato. Neste caso, pelo menos do ponto de vista intuitivo, parece natural dizermos que, embora pareça a mim que eu esteja lembrando o evento de ter visitado Paris quando criança, na verdade, estou *imaginando* tal evento, pois não é o caso que experienciei esse evento no passado. Não é óbvio, no entanto, o que nos permite dizer que essa representação mnêmica é uma imaginação, e não uma ocorrência de lembrança. A teoria causal nos dá um critério bastante simples para distinguir entre os dois casos. No caso da imaginação, a teoria causal diz, não há uma conexão causal entre uma representação mnêmica formada no presente e uma representação perceptual formada no passado. Assim, não podemos dizer que, quando tenho uma representação mnêmica de ter visitado Paris, estou lembrando o evento em questão, mas somente imaginando-o. Não há, em outras palavras, uma representação perceptual desse evento particular que serve como causa para a minha representação mnêmica.

1.1.2. Motivação 2: Memória e “reaprendizado”

A segunda motivação oferecida em favor da teoria causal é que ela nos permite distinguir entre ocorrências de lembrança e ocorrências de reaprendizado (*relearning*). Suponhamos que Roger foi a um show de magia e, logo após, ele contou a sua amiga, Ana, o que aconteceu no show. Suponhamos então que Roger se envolveu em um acidente de carro, o que o fez desenvolver amnésia retrógrada—isto é, a incapacidade de lembrar eventos que ocorreram antes do acidente. Imaginemos, agora, que ao tentar ajudar Roger a lembrar eventos de seu passado, Ana faz um relato muito detalhado do show a Roger, relato que reflete acuradamente o relato anterior de Roger. Suponhamos, mais ainda, que logo em seguida Roger forma uma representação mnêmica do show com base no relato de Ana. Nesse caso, embora Roger tenha formado uma representação mnêmica acurada do show de magia, essa representação não se origina em conteúdo ou informação advindos de sua experiência—Roger tem amnésia retrógrada—mas sim em conteúdo ou informação “reaprendidos” ou readquiridos a partir do testemunho de Ana.⁴ De acordo com Martin e Deutscher (1966), embora possa parecer a Roger que ele lembra o show de magia—assumamos que ele confia no testemunho de Ana—a representação

⁴ Exemplo retirado de Michaelian e Robins (2018, pp. 14-5).

mnêmica que ele forma desse evento *não* é uma memória episódica; consequentemente, Roger *não* lembra de fato o show de magia depois do acidente. O problema que casos como o de Roger colocam diz respeito ao fato de que a existência (ou a inexistência) de uma conexão causal entre uma representação mnêmica e uma representação perceptual não nos permite distinguir entre casos de lembrança genuína e casos de reaprendizado. Isso se dá porque, em casos de reaprendizado, tais conexões causais também estão presentes. No caso do show de magia em particular, a representação perceptual de Roger causou o seu relato a Ana, o que, por sua vez, foi a causa de Ana ter registrado e retido certas informações sobre o evento. Essas informações são então retomadas por Ana para compor o relato que ela faz a Roger após o acidente, o que resulta, finalmente, na formação de uma representação mnêmica por parte de Roger, representação esta que é causada em última instância por sua experiência perceptual passada.

Para distinguir entre casos de lembrança e casos de reaprendizado, Martin e Deutscher (1966) argumentam que é preciso que a relação causal entre representação mnêmica e representação perceptual seja de um tipo *específico* para que haja uma ocorrência de lembrança. Mais especificamente, a relação causal precisa se dar por meio de um *traço mnêmico* que é *causado* pela representação perceptual e que *causa* a representação mnêmica. O traço mnêmico, para usar o termo de Martin e Deutscher (1966, p. 166), deve ser “operativo” na produção da representação mnêmica. Além disso, o traço deve ser também um estado *interno* ao sujeito que é preservado ao longo do tempo—provavelmente um estado cerebral—e que registra e armazena conteúdo ou informação sobre o evento experienciado, de modo que ele é retomado no momento da lembrança.⁵

Para exemplificar, consideremos o caso de Roger novamente. Imaginemos que Roger tenha ido ao show de magia e tenha registrado certas informações sobre esse show em seu cérebro a partir de uma representação perceptual—o estado cerebral que registra essa informação é o traço mnêmico. Esse traço é então armazenado, de modo que, quando Roger se lembra do evento *antes* do seu acidente, esse traço é retomado em seu cérebro, causando, assim, uma representação mnêmica do evento. Nesse caso, Martin e Deutscher (1966) dizem que Roger se

⁵ Notamos aqui que uma questão importante em filosofia da memória é a questão da *natureza* da causação mnêmica. Enquanto Martin and Deutscher (1966) parecem adotar uma ideia mecanicista da causação, alguns autores, como Bernecker (2010), discutem a possibilidade de uma interpretação contrafactual dessa noção. Não discutiremos essas alternativas aqui, visto que o debate acerca delas ainda é bastante incipiente, mas enfatizamos que os problemas discutidos aqui são baseados na noção de causação discutida por Martin e Deutscher (1966).

lembra do evento, pois a conexão causal entre sua representação mnêmica e sua representação perceptual se dá de modo *apropriado*—isto é, através de um traço mnêmico. Considere agora a situação em que, *depois* do acidente, Roger forma uma representação mnêmica do show de mágica com base no relato de Ana. Para Martin e Deutscher (1966), esse caso não pode ser classificado como uma ocorrência de lembrança, mas sim como uma ocorrência de reaprendizado, justamente porque a conexão causal entre a representação mnêmica e a representação perceptual não se dá de modo apropriado—isto é, a representação é causada pelo testemunho de Ana, e não por um traço mnêmico formado a partir da experiência do evento. Além disso, a conexão causal é *externa* nesse caso, pois ela se estende além do indivíduo. Podemos dizer, portanto, que para a teoria causal, um sujeito S lembra um evento E somente se há uma conexão causal por meio de traços mnêmicos entre a representação mnêmica e a representação perceptual de S.

1.2. Problemas para a teoria causal

Dois problemas centrais são colocados à teoria causal. O primeiro diz que ela é muito restrita, pois classifica casos de lembrança como casos de “reaprendizado”. O segundo diz que a teoria causal é incompatível com o caráter construtivo da memória.

1.2.1. Problema 1: Casos de memória são classificados como casos de “reaprendizado”

O primeiro problema que a teoria causal enfrenta é que ela considera casos de representações mnêmicas que usualmente classificamos como memórias ou ocorrências genuínas de lembrança como sendo ocorrências de reaprendizado. Embora estejamos inclinados a dizer que, em casos como o de Roger, o sujeito não lembra o evento reaprendido por meio do testemunho, em vários outros casos, aceitamos prontamente que representações mnêmicas formadas a partir do testemunho são ocorrências genuínas de lembrança. Não é incomum, por exemplo, dizermos que lembramos genuinamente certos eventos do nosso passado, como ter pescado um peixe grande quando criança, com base no testemunho de nossos pais ou amigos, ainda que inicialmente não fôssemos capaz de retomar informações sobre esse evento sem o auxílio do testemunho de outras pessoas. Dado que muitas de nossas memórias, ou pelo menos uma parte significativa delas, são formadas desse modo, parece problemático excluir essas ocorrências da categoria de memória ou lembrança genuína simplesmente porque não existe um traço mnêmico que conecta a representação mnêmica com a representação perceptual.

Uma reação natural a esses casos consiste em dizer que, embora usualmente os chamemos de “memórias” no dia a dia, eles não são, em um sentido mais estrito, memórias de fato, pois um elemento crucial para que um processo cognitivo possa ser chamado de memória não está presente: isto é, não há retomada de informação registrada e armazenada a partir da representação perceptual. Desse modo, a força dessa objeção depende do quão inclinados estamos a tentar incorporar a intuição inicial de que casos como os descritos acima devem ser classificados como memórias. Ainda que reconheçamos os limites dessa objeção, e ainda que a coloquemos de lado em nossa avaliação da teoria causal, o segundo problema colocado a esta última, o qual discutimos a seguir, destaca uma limitação muito mais preocupante.

1.2.2. Problema 2: O caráter construtivo da memória

O segundo problema enfrentado pela teoria causal se refere à possibilidade de nossas memórias conterem, em alguns casos, *mais* informação do que a informação contida na representação perceptual (MICHAELIAN, 2011). Pesquisas no âmbito da psicologia cognitiva mostram que, ao invés de ser um simples processo de *reprodução* de experiências passadas, a memória consiste numa *reconstrução* do que foi experienciado⁶ (SCHACTER; ADDIS; BUCKNER, 2007; SCHACTER, et al., 2012; ADDIS, 2018; ver Seção 2 para mais detalhes). Por serem reconstruções, representações mnêmicas raramente serão reproduções inteiramente fiéis das representações perceptuais. Nesse sentido, é um resultado esperado, dado como o sistema cognitivo responsável pela memória funciona, que muitas ocorrências genuínas de lembrança conterão, ainda que minimamente, conteúdo ou informação que não estavam contidos na representação perceptual. Retomemos o exemplo da minha memória da minha festa de dez anos. Suponhamos que, ao formar uma representação mnêmica desse evento, tenho uma representação que corresponde quase que inteiramente à representação perceptual que tive do mesmo evento no passado, com a exceção de um único detalhe; isto é, quando represento a cena em que me vejo jogando bola com meus amigos, represento incorretamente que havia uma árvore atrás do gol. Nesse caso, a minha representação mnêmica possui *mais* conteúdo do que a minha representação perceptual do evento, o que, para a teoria causal, não nos permite dizer

⁶ Embora uma definição precisa da noção de “reconstrução” seja difícil de ser apresentada no contexto dessa discussão (ver MICHAELIAN, 2011), é importante notar que “reconstrução” *não* implica a ideia de que a memória é um processo de “livre” geração e associação de conteúdos, de modo a torná-la não confiável ou “ilusória”. No contexto da filosofia da memória, a ideia de construção (ou reconstrução) sugere que, dado o funcionamento dos mecanismos responsáveis por produzir nossas memórias, é de se esperar que, (1) mesmo quando os conteúdos das nossas representações mnêmicas são qualitativamente idênticos aos conteúdos das nossas representações perceptuais, não é necessariamente o caso que os primeiros sejam *numericamente* idênticos aos segundos; e que, (2) em alguns casos, parte do conteúdo das nossas representações mnêmicas podem ser *qualitativamente* distintos dos conteúdos das nossas representações perceptuais.

que esse é um caso de lembrança. No entanto, parece muito restrito dizer que deixo de lembrar o evento em questão porque represento incorretamente detalhes mínimos sobre o evento, o que torna a teoria causal muito restrita.⁷

Note que, embora tenhamos utilizado um exemplo em que há geração de conteúdo que não estava presente na representação perceptual original, há um sentido mais fraco em que a memória pode *gerar* ou *ganhar* conteúdo sem que, necessariamente, a representação final contenha elementos *inacurados*.⁸ Como discutimos em mais detalhe abaixo (ver Seção 2.1.1), o caráter construtivo da memória implica a ideia de que representações mnêmicas *inteiramente* verídicas ou acuradas podem conter informações que se originam em mais de uma representação perceptual. Por exemplo, posso ter uma representação mnêmica da minha festa de aniversário que seja inteiramente acurada, mas que alguns elementos—o conteúdo ou a informação que comi bolo de chocolate—não se originam em informação registrada e armazenada na representação perceptual da minha festa de aniversário, mas sim na representações perceptuais que tive de outro evento, como uma outra festa de aniversário. Nesse caso, a minha representação mnêmica ganhou ou gerou conteúdo no sentido em que esse conteúdo, embora verídico ou acurado, não tem sua origem na representação perceptual do evento que é representado mnemicamente. Portanto, ainda que defensores da teoria causal estejam inclinados a negar que casos em que há inacurácia, ainda que mínima, constituem

⁷ Martin e Deutscher (1966) não são muito claros sobre a importância da acurácia para a memória. Eles dizem que a representação mnêmica deve ser “acurada dentro de certos limites” (p. 166, tradução nossa), mas eles não dizem muito sobre quais são esses limites. Existem dois modos de se interpretar essa afirmação. O primeiro consiste em entendê-la como dizendo que nem todos os detalhes contidos na representação perceptual precisam estar contidos na representação mnêmica—isto é, que pode haver *perda* de conteúdo. A segunda interpretação consiste em entender a afirmação como dizendo que pode haver *mais* conteúdo na representação mnêmica do que na representação perceptual—isto é, que pode haver *geração* de conteúdo. Se a primeira interpretação estiver correta, o problema discutido aqui não se coloca à teoria causal. No entanto, como o texto de Martin e Deutscher (1966) não é claro em relação a como entender a afirmação sobre acurácia, adotamos a interpretação usual empregada por outros autores (e.g., BERNECKER, 2010; MICHAELIAN e ROBINS, 2018), de acordo com a qual a teoria causal de Martin e Deutscher (1966) não permite a geração de conteúdo.

⁸ Um problema relacionado é se a teoria causal permite que haja *perda* de conteúdo entre uma representação perceptual e uma representação mnêmica. Suponhamos que, no passado, eu tenha tido uma representação perceptual de um evento com o conteúdo <bebi cerveja>, mas, no presente, formo uma representação mnêmica desse evento com o conteúdo <bebi uma bebida alcoólica>. Nesse caso, a representação mnêmica possui menos conteúdo do que a representação perceptual, colocando a questão de se a primeira deve ser classificada como memória ou não. Intuitivamente, a resposta parece ser positiva, mas não é muito claro se a teoria causal, tal como formulada por Martin e Deutscher (1966), nos permite fazer tal afirmação. Com essa preocupação em mente, alguns teóricos causais, como Bernecker (2010) e Cheng e Werning (2016), argumentam que as transformações que ocorrem em algumas das situações em que há perda de conteúdo são “autênticas” (ver BERNECKER, 2016), de modo que não é preciso haver uma relação de identidade entre o conteúdo de uma representação mnêmica e o conteúdo de uma representação perceptual para que a primeira seja classificada como memória. Não trataremos desse problema aqui, uma vez que nossa discussão tem como foco a teoria causal clássica desenvolvida por Martin e Deutscher (1966). No entanto, para uma discussão mais detalhada sobre a teoria causal e sobre perda de conteúdo, ver Michaelian e Robins (2018, seção 3).

ocorrências genuínas de lembrança, é importante notar que o aspecto construtivo da memória não implica a ideia de que ganha ou geração de conteúdo resultará necessariamente em inacurácia.⁹

2. A teoria simulacionista da memória

Em oposição à teoria causal, a teoria simulacionista da memória, proposta recentemente por Michaelian (2016), diz que para lembrarmos um evento episodicamente é preciso que, primeiro, tenhamos formado uma representação perceptual do evento no passado, e segundo, que a representação mnêmica formada no presente seja produzida por um *sistema de construção episódico* que funciona confiavelmente e que tem como objetivo representar um evento experienciado pelo sujeito (MICHAELIAN, 2016, p. 107). Não é preciso, para o simulacionista, que haja uma conexão causal entre representação perceptual e representação mnêmica. Para ilustrar essa ideia, consideremos novamente o exemplo da minha festa de aniversário de dez anos. Suponhamos que eu tenha uma representação mnêmica da minha festa de aniversário de dez anos, na qual meus pais estão presentes, na qual vejo-me jogando futebol com meus amigos de infância, vejo-me comendo bolo de chocolate, etc. De acordo com a teoria simulacionista, para que essa representação mnêmica seja classificada como uma ocorrência de memória episódica, e conseqüentemente, como uma ocorrência genuína de lembrança, é preciso que eu tenha experienciado esse evento e que a representação seja produzida por um sistema de construção episódico que funciona confiavelmente e que tem como objetivo representar esse evento do meu passado.

A ideia geral por trás da teoria simulacionista é que, para eu lembrar um evento do passado, não é necessário que a representação perceptual desse evento dê início a uma cadeia causal de eventos que, em última instância, dará origem à representação mnêmica que tenho desse evento

⁹ Mais recentemente, alguns filósofos propuseram que a teoria causal pode ser conciliada com o aspecto construtivo da memória, dando origem ao que podemos chamar de *teorias causais construtivas* (SUTTON, 1998; MICHAELIAN, 2011; ROBINS, 2016a; 2016b; 2017). A ideia central por trás dessas teorias é que a teoria causal não é incompatível com a ideia de que diferentes traços mnêmicos contribuem para a formação de uma representação mnêmica de um evento, desde que pelo menos um desses traços esteja causalmente conectado à representação perceptual do evento representado mnemicamente. Não discutiremos essas versões da teoria causal, mas, como veremos em nossa discussão sobre a teoria simulacionista (ver Seção 2.1.1), o problema colocado pelos simulacionistas às teorias causais construtivas é que, uma vez que estejamos dispostos a aceitar que mais de um traço mnêmico pode contribuir para a formação de uma representação mnêmica de um evento E, parece ser difícil evitar a conclusão de que, em alguns casos, haverá representações mnêmicas do evento E que devem ser classificadas como memória mas que nenhum dos traços que as compõem estejam causalmente conectados à representação perceptual original de E.

no presente. Basta que o sistema cognitivo responsável por produzir minhas memórias—o sistema de construção episódico—esteja funcionando confiavelmente e que tenha como objetivo produzir uma representação de um evento que experienciei no passado. A noção de um sistema de construção episódica é, portanto, central para entendermos a teoria simulacionista. Para tornar essa ideia mais clara, no entanto, é preciso que consideremos as motivações oferecidas em favor da teoria.

2.1. Motivações para a teoria simulacionista

De acordo com Michaelian (2016), a teoria simulacionista é uma tentativa de fornecer uma teoria da memória e uma análise do lembrar que leva em conta o modo em que os sistemas cognitivos responsáveis por produzir nossas memórias funcionam. Guiado por uma abordagem naturalista, o simulacionista diz que devemos olhar para os estudos realizados pelas ciências empíricas, em particular a psicologia cognitiva e a neurociência, para pensarmos sobre a natureza da memória e do lembrar filosoficamente. Baseados em pesquisas recentes nessas áreas, o simulacionista oferece então duas motivações centrais para adotarmos a teoria simulacionista.

2.1.1. Motivação 1: O caráter construtivo da memória

A primeira dessas motivações tem a ver com o *caráter construtivo* da memória. A ideia de que a memória não é somente uma *reprodução*, mas sim uma *reconstrução* do passado não é nova (ver, e.g., BARTLETT, 1932); no entanto, pesquisas recentes têm reforçado essa ideia em diferentes âmbitos. Fenômenos bem documentados, como a extensão de limites (INTRAUB; BENDER; MANGELS, 1992)—isto é, casos em que lembramos os limites de um certo cenário como sendo mais amplos do que os limites originalmente experienciados—mudanças de perspectiva (NIGRO e NEISSER 1983; RICE; RUBIN 2009; RICE 2010; MCCARROLL 2018)—isto é, casos em que lembramos eventos de uma perspectiva diferente daquela que experienciamos—e o efeito DRM (DEESE, 1959; ROEDIGER; MCDERMOTT, 1995)—isto é, casos em que lembramos certos itens como pertencendo a uma lista organizada tematicamente que não continham tais itens—e outros fenômenos similares são alguns exemplos que são utilizados em favor da ideia de que a memória é construtiva.¹⁰ Dado o caráter construtivo da memória, o simulacionista argumenta que pelo menos algumas de nossas memórias terão *mais* conteúdo ou informação do que o conteúdo presente em nossas

¹⁰ Para uma discussão mais completa, ver (SCHACTER; ADDIS; BUCKNER, 2007; SCHACTER, et al., 2012; ADDIS, 2018).

experiências. Isso, no entanto, não deve ser visto como uma falha no funcionamento da memória, mas sim como um resultado comum devido a como o sistema cognitivo responsável por produzir nossas memórias funciona (DE BRIGARD, 2014).

A permissão para que haja *adição* de conteúdo às representações mnêmicas em comparação às representações perceptuais serve como ponto de partida para o argumento simulacionista contra a ideia de que deve haver uma conexão causal entre representação mnêmicas e representações perceptuais. O argumento procede em três etapas distintas. A primeira etapa diz que, dado o caráter construtivo da memória, algumas de nossas representações mnêmicas de um evento E terão conteúdo ou informação que não são derivados da representação perceptual de E. Mais ainda, a presença de conteúdo ou informação advindos de outras representações perceptuais não torna, automaticamente, aquela representação mnêmica uma ocorrência de outro processo cognitivo—por exemplo, uma imaginação. Consideremos o exemplo da festa de aniversário de dez anos novamente. Suponhamos que o conteúdo da minha representação perceptual seja composto pelos seguintes elementos:

$C_p = \langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em uma chácara; comi bolo de chocolate} \rangle^{11}$

Nesse caso, o simulacionista diz que, dado o caráter construtivo da memória, não será incomum que eu forme representações mnêmicas da minha festa de aniversário de dez anos com o conteúdo C_m —no qual $C_p = C_m$ —em que um ou mais dos elementos que compõem C_m não se originem na minha representação perceptual do evento em questão, mas na representação perceptual de outro evento—por exemplo, posso ter uma representação mnêmica com conteúdo C_m em que os elementos $\langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em uma chácara} \rangle$ se originam na representação perceptual da minha festa, mas em que o elemento $\langle \text{comi bolo de chocolate} \rangle$ se origina na representação perceptual de uma outra festa em que comi bolo de chocolate. Nesses casos, para o simulacionista, é incorreto dizer que as representações mnêmicas não são ocorrências de

¹¹ Embora descrevamos o conteúdo C_p no tempo passado aqui—e.g., “meus pais *estavam* presentes”; “joguei futebol com meus amigos”, etc.—é importante notar que o conteúdo da experiência perceptual não ocorre, de fato, no tempo passado. Ao contrário, o modo mais fiel de descrever tal conteúdo seria no tempo presente, isto é, $C_p = \langle \text{meus pais *estão* presentes; *jogo* futebol com meus amigos; *é* um dia ensolarado; a festa *ocorre* em uma chácara; *como* bolo de chocolate} \rangle$. Como, no entanto, a discussão seguinte não focará no aspecto temporal das representações perceptuais e das representações mnêmicas, mas sim nos elementos que as compõem, optamos pela descrição de C_p no tempo passado para facilitar a exposição.

lembrança, visto que, embora não se origine em uma única representação perceptual da minha festa de aniversário de dez anos, o conteúdo das representações mnêmicas que formo desse evento é acurado ou verídico.

Isso nos leva à segunda etapa do argumento. Partindo da ideia de que a adição de conteúdo é possível e que isso não desqualifica uma representação mnêmica de ser potencialmente uma ocorrência de lembrança, o simulacionista argumenta que, em alguns outros casos, é de se esperar que, dado o caráter construtivo da memória, uma parte significativa do conteúdo ou da informação que compõem uma representação mnêmica terão sua origem em duas ou mais representações perceptuais. Consideremos o exemplo da festa de aniversário de dez anos novamente. Imaginemos, agora, que formo a representação mnêmica com o conteúdo C_m descrita acima, dos quais os elementos <meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos> se originam em uma representação perceptual com conteúdo C_{p1} , correspondente à representação perceptual do evento original, mas o elemento <era um dia ensolarado> se origina em uma representação perceptual com conteúdo C_{p2} de um segundo evento, e os elementos <a festa ocorreu em uma chácara; comi bolo de chocolate> se originam em uma outra representação perceptual com conteúdo C_{p3} de um terceiro evento. Nesse caso, embora a maior parte do conteúdo de C_m tenha origem em representações perceptuais que não são a representação perceptual C_{p1} original da minha festa de aniversário, C_m deve, para o simulacionista, ser classificada como uma ocorrência genuína de lembrança, visto que seu conteúdo é acurado ou verídico.

A terceira etapa do argumento diz, finalmente, que se o caráter construtivo da memória requer que aceitemos que grande parte de nossas representações mnêmicas classificadas como ocorrências genuínas de lembrança sejam compostas por informação advinda de diferentes representações perceptuais, desde que a representação mnêmica final seja acurada ou verídica, então, é possível, pelo menos em princípio, que existam representações mnêmicas que são classificadas como ocorrências genuínas de lembrança cujos conteúdos não são compostos por *nenhuma* informação advinda da representação perceptual original do evento, desde que a representação mnêmica final seja acurada ou verídica. Em outras palavras, é possível que haja uma representação mnêmica de um evento E que seja uma lembrança genuína de E sem que haja uma conexão causal com a representação perceptual de E . Para ilustrar com o mesmo exemplo utilizado acima, suponhamos que eu tenha uma representação $C_m =$ <meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em

uma chácara; comi bolo de chocolate>, na qual os elementos que a compõem se originam em três representações perceptuais com conteúdos diferentes: $C_{p2} = \langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos} \rangle$; $C_{p3} = \langle \text{era um dia ensolarado} \rangle$; e $C_{p4} = \langle \text{a festa ocorreu em uma chácara; comi bolo de chocolate} \rangle$. Embora nenhuma parte do conteúdo de C_m se origina na representação perceptual original do evento com conteúdo C_{p1} , C_m é, para o simulacionista, uma ocorrência genuína de lembrança, uma vez que ela é uma representação acurada ou verídica do passado.

2.1.2. Motivação 2: Memória como viagem no tempo mental

A segunda motivação para a teoria simulacionista surge em uma tentativa de explicar por que a memória é um processo construtivo, e não meramente reprodutivo. Baseado em uma ideia bastante popular na psicologia cognitiva, de acordo com a qual a memória é uma forma de *viagem no tempo mental* (PERRIN; MICHAELIAN, 2017; SANT'ANNA, 2018a), o simulacionista argumenta que nossas memórias são produtos de um sistema cognitivo mais geral que nos permite viajar no tempo mental, seja orientados ao passado, como ocorre na memória episódica e em pensamentos episódicos contrafactuais, seja orientados ao futuro, como ocorre na imaginação futura. A ideia básica é que representar um evento do passado, como na memória, e representar um evento do futuro, como na imaginação, são processos cognitivos da mesma natureza que são produzidos por um sistema cognitivo comum e que diferem somente em sua orientação temporal subjetiva. Para sustentar essa afirmação, o simulacionista se utiliza de pesquisas empíricas recentes que mostram que tanto a memória como a imaginação ativam áreas cerebrais semelhantes (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007; SCHACTER; ADDIS; BUCKNER, 2007; SCHACTER, et al., 2012), além de outras evidências que explicitam a proximidade desses dois processos (PERRIN; MICHAELIAN, 2017; ADDIS, 2018). De modo mais crucial, o simulacionista diz que o motivo pelo qual o sistema cognitivo que nos permite viajar no tempo mental foi selecionado durante a evolução é porque ele nos permitiu viajar mentalmente ao futuro, isto é, porque ele nos permite *imaginar* situações futuras (SUDDENDORF; CORBALLIS, 1997; 2007). Dado que a flexibilidade na produção das representações é vantajosa para imaginarmos diferentes cenários possíveis, não é espantoso que seja comum que as representações produzidas por esse sistema exibam essas características. É por isso, finalmente, que a memória tem o caráter construtivo ao qual o simulacionista apela para construir seu argumento contra a teoria causal. Em outras palavras, é porque a memória é produzida por um sistema cognitivo mais básico cuja função é permitir viagem no tempo mental—mais especificamente, viagem mental ao futuro—e porque a produção flexível de

representações por esse sistema foi algo que lhe permitiu evoluir, é natural que a produção de representações orientadas ao passado, ou viagem mental ao passado, seja flexível no mesmo sentido.

Tendo especificado essas motivações, podemos retornar à análise inicial do lembrar oferecida pela teoria simulacionista para clarificar as noções utilizadas. De acordo com a análise simulacionista, para que uma representação mnêmica seja classificada como uma ocorrência de memória episódica, e consequentemente, como uma ocorrência genuína de lembrança, é preciso que o sujeito tenha experienciado o evento em questão e que a representação mnêmica seja produzida por um *sistema de construção episódico* que *funciona confiavelmente* e que *tem como objetivo representar um evento do passado*. A noção de um “sistema de construção episódico” se refere, de modo mais específico, ao sistema mais geral que permite viagem no tempo mental, tal como descrito acima, e esse sistema “funciona confiavelmente” quando ele opera do modo em que ele opera normalmente, isto é, quando ele realiza sua função própria (MILLIKAN, 1984). Além disso, ele tem como objetivo representar um evento do passado quando a orientação temporal subjetiva do sistema é produzir uma representação que nos permite viajar mentalmente a uma experiência que tivemos no passado. Desse modo, quando consideramos o funcionamento, e em última instância a função do sistema que produz nossas memórias, o simulacionista nos diz que a memória episódica nada mais é do que uma forma de *imaginar* aquilo que experienciamos no passado.

Podemos ver aqui, de modo mais claro, por que a teoria simulacionista não requer que, para dizer que um sujeito lembra, é necessário que haja uma conexão causal entre sua representação mnêmica e sua representação perceptual. Porque a memória é uma forma de imaginar eventos experienciados por nós, a função do sistema responsável por produzir nossas memórias é, quando dedicado a representar o passado subjetivo, fundamentalmente aquela de representar um evento do passado de modo verídico ou acurado, o que não exige a existência de uma conexão causal entre representação mnêmica e representação perceptual. É importante ressaltar que o simulacionista não nega que possa haver conexões causais entre representações mnêmicas e representações perceptuais, e mais ainda, que ele não nega que pode ser o caso que, na maioria das ocorrências genuínas de memória, tais conexões causais estarão presentes, mas somente que a existência de tais conexões não são necessárias para o sistema de construção episódica produzir ocorrências genuínas de lembrança.

2.2. Problemas para a teoria simulacionista

Embora a teoria simulacionista ofereça uma teoria da memória que tenta incorporar os resultados das ciências empíricas, ela enfrenta duas objeções importantes. A primeira diz que existem importantes diferenças, do ponto de vista filosófico, entre memória e imaginação. A segunda diz que a teoria simulacionista não consegue explicar a particularidade da memória.

2.2.1. Problema 1: Descontinuidades entre memória e imaginação

O primeiro problema colocado à teoria simulacionista se refere à afirmação de que memória e imaginação são, em sua essência, processos cognitivos da mesma natureza. Embora do ponto de vista do funcionamento do cérebro possa não haver uma diferença significativa entre memória e imaginação, alguns filósofos argumentam que, do ponto de vista metafísico, epistemológico, e fenomenológico, memória e imaginação são processos distintos (SANT'ANNA, 2018a; MICHAELIAN; PERRIN; SANT'ANNA, no prelo). Na dimensão metafísica, argumenta-se que os objetos da memória são diferentes dos objetos da imaginação; no caso da memória, eventos particulares são representados, enquanto que no caso da imaginação, eventos gerais são representados (DEBUS, 2014). Na dimensão epistemológica, argumenta-se que memória e imaginação nos colocam em diferentes posições epistêmicas em relação ao mundo: por um lado, alguns autores argumentam que, enquanto a memória nos permite conhecer o passado diretamente por estar causalmente conectada aos eventos lembrados, a imaginação não nos permite conhecer o futuro do mesmo modo, pois não há uma conexão causal com os eventos imaginados (KNEALE, 1972); por outro lado, alguns autores argumentam que a memória não é imune a erros por misidentificação (*error through misidentification*), enquanto que a imaginação o é (PERRIN, 2016). Na dimensão fenomenológica, argumenta-se que a memória possui uma fenomenologia característica—isto é, é dito que ela é acompanhada por um “sentimento de coisa passada” ou “sentimento de familiaridade” (RUSSELL, 1921)—enquanto que a imaginação não é acompanhada por uma fenomenologia característica.¹²

2.2.2. Problema 2: A particularidade da memória

O segundo problema que se coloca à teoria simulacionista tem a ver com a *particularidade* da memória (SANT'ANNA, 2018b; PERRIN, 2018; no prelo). Memória episódica, tal como

¹² Para mais detalhes sobre a questão da continuidade entre memória e imaginação, ver (SANT'ANNA, 2018a; MICHAELIAN; PERRIN; SANT'ANNA, no prelo). Para uma discussão mais detalhada sobre como a teoria simulacionista pode responder a alguns desses problemas, ver (MICHAELIAN, 2016a)

definida por Tulving (1972) e tal como o termo é utilizado na literatura recente, é entendida como memória de eventos *particulares* experienciados no passado. O que, no entanto, explica essa particularidade? Isto é, o que faz que uma representação mnêmica que ocorre no presente seja *sobre*, ou tenha como *referência*, um evento que ocorreu no passado? De acordo com a teoria causal, a particularidade da memória é estabelecida pela relação causal entre representação mnêmica e representação perceptual. No entanto, uma vez que o simulacionista diz que tais relações causais não são necessárias para a memória, não é óbvio se é possível, e se sim, como é possível, que representações mnêmicas sejam sobre, ou tenham como referência, eventos particulares do passado. Na ausência de uma explicação de como a memória pode ser sobre particulares, a teoria simulacionista parece implicar a ideia de que aquilo que a teoria tenta explicar, isto é, a memória episódica ou a memória de eventos particulares, é na verdade impossível.

3. A teoria funcionalista da memória

A teoria funcionalista da memória, desenvolvida por Jordi Fernández (2018; 2019), diz que para lembrarmos um evento *E* episodicamente é preciso que, primeiro, tenhamos uma representação mnêmica R_m de *E*, segundo, que R_m cause em nós uma disposição a acreditar que *E* ocorreu e que nós tenhamos representado perceptualmente *E*, e terceiro, R_m tende a ser causada pelo fato de termos representado perceptualmente *E*. Para ilustrar essa ideia, consideremos novamente o exemplo da festa de aniversário de dez anos. Suponhamos que eu tenha uma representação mnêmica da minha festa de aniversário de dez anos, na qual meus pais estão presentes, na qual vejo-me jogando futebol com meus amigos de infância, na qual vejo-me comendo bolo de chocolate, etc. De acordo com a teoria funcionalista, para que essa representação mnêmica seja classificada como uma ocorrência de memória episódica, e consequentemente, como uma ocorrência genuína de lembrança, é preciso que eu tenha experienciado esse evento e que essa experiência tenda a causar em mim uma representação mnêmica da minha festa de dez anos, tal que, por sua vez, essa representação causa em mim uma disposição a acreditar que eu tive, de fato, uma festa de aniversário de dez anos e que eu experienciei essa festa.

De modo geral, a teoria funcionalista da memória é motivada pelo funcionalismo em filosofia da mente, que é uma teoria mais geral sobre a natureza dos estados mentais (PUTNAM, 1975a; 1975b). De acordo com o funcionalismo, estados mentais, como dores, crenças, desejos, etc., são caracterizados pelo *papel funcional* que eles exercem dentro do funcionamento de um

sistema. Esse papel funcional é determinado, por sua vez, em termos da relação exercida por um estado mental qualquer M entre os estímulos que um sistema recebe do ambiente, chamados de *inputs*, e as respostas que o sistema exhibe em decorrência desses estímulos, chamados de *outputs*. O exemplo da dor em seres humanos nos dá uma ilustração simples. Para o funcionalista, a dor é caracterizada como um estado interno ao corpo humano que tende a ser causado por danos ao corpo—esses são os *inputs*—e que causa comportamentos de aversão, como estremecimentos e gritos, assim como outros estados mentais, como a crença de que a fonte dos estímulos que causam dores devem ser evitadas—esses são os *outputs*. Baseado nessa caracterização, o funcionalista diz, então, que um sistema terá dor quando houver um estado interno a esse sistema que exerça o *papel funcional da dor*, isto é, que tenda a ser causado por certos *inputs* e que cause certos *outputs*. Igualmente, o funcionalismo aplicado à memória dirá que um sistema terá uma memória quando houver um estado interno—uma representação mnêmica R_m —a esse sistema que exerça o *papel funcional da memória*, isto é, que tenda a ser causado por certos *inputs*—o fato de termos representado perceptualmente um evento E no passado—e que cause certos *outputs*—as crenças de que o evento E ocorreu e que experienciamos E .

3.1. Motivações para a teoria funcionalista

Existem duas motivações para a teoria funcionalista. A primeira diz que uma teoria da memória deve levar em conta o fato de que memória exige a formação de crenças sobre o passado. A segunda motivação diz que a teoria funcionalista é compatível com o caráter construtivos da memória.

3.1.1. Motivação 1: Memória e crença

A principal motivação oferecida em favor da teoria funcionalista se refere à ideia de que, para que possamos dizer que um sujeito qualquer lembra um evento do passado, esse sujeito deve ter a disposição para formar certas *crenças* sobre esse evento. De modo mais específico, o funcionalista diz que o sujeito precisa ter a disposição para acreditar que o evento representado na memória aconteceu e também que ele experienciou aquele evento. Para ilustrar o ponto de contraste entre o funcionalismo, a teoria causal e a teoria simulacionista, podemos recorrer ao conhecido exemplo do pintor introduzido por Martin e Deutscher (1966). Em sua discussão da teoria causal, Martin e Deutscher nos pedem para imaginar o caso de um pintor que é pago para pintar uma cena qualquer, com a única condição de que essa cena seja imaginada por ele. O pintor imagina então uma cena de uma casa de fazenda em sua mente e pinta essa cena em seus

mínimos detalhes em uma tela. No entanto, ao ver a tela pintada, os pais do pintor apontam que ela é uma representação muito fiel de uma casa que o pintor habitou em sua tenra infância, sugerindo, portanto, que o pintor não imaginou a cena, mas na verdade a lembrou. Na perspectiva da teoria causal, o que determina se a representação que o pintor formou em sua mente antes de pintar o quadro era uma ocorrência de lembrança ou de imaginação é se há ou não um traço mnêmico que conecta essa representação a uma representação perceptual passada. Se o traço mnêmico estiver presente, isso é suficiente para dizer que o pintor está lembrando, e não imaginando, ainda que o pintor não tenha a crença de que ele esteja lembrando.¹³ De modo similar, na perspectiva da teoria simulacionista, o que determina se a representação que o pintor formou em sua mente antes de pintar o quadro era uma ocorrência de lembrança ou de imaginação é se o sistema de construção episódico estava funcionando confiavelmente e se tinha como objetivo representar um evento do passado do pintor. Em caso positivo, isso é suficiente para dizer que o pintor está lembrando, e não imaginando, ainda que ele não tenha a crença de que ele esteja lembrando. Para o funcionalista, no entanto, casos como o do pintor não devem ser classificados como lembrança. Mais ainda, a teoria funcionalista nos permite excluí-los como tais, visto que uma das condições exigidas pelo funcionalista para uma representação mnêmica ser uma memória é que ela tenda a causar no sujeito a disposição para acreditar que o evento ocorreu e que ele experienciou o evento. No caso do pintor, nenhuma dessas condições são satisfeitas, significando que a representação mnêmica formada por ele não exerce o papel funcional da memória.

3.1.2. Motivação 2: O caráter construtivo da memória

A segunda motivação para a teoria funcionalista diz respeito à sua capacidade de incorporar o caráter construtivo da memória. Como discutimos anteriormente, dado o caráter construtivo da memória, é de se esperar que nossas memórias contenham conteúdo ou informação que não estavam presentes na representação perceptual. Para o funcionalista, ao contrário da teoria causal, a geração de conteúdo ou informação é permitida desde que as representações mnêmicas em questão exerçam o papel funcional da memória. Consideremos o exemplo da festa de aniversário de dez anos. Suponhamos que o conteúdo da minha representação perceptual tenha sido o seguinte:

¹³ Alguns teóricos causais, como Debus (2010), argumentam que a teoria causal precisa ser suplementada de modo a incorporar uma *condição epistêmica*, de acordo com a qual, para dizermos que um sujeito qualquer lembra um evento, é necessário que ele forme a crença de que lembra aquele evento.

$C_p = \langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em uma chácara; comi bolo de chocolate} \rangle$

Suponhamos agora que formo uma representação mnêmica R_m desse evento com o conteúdo C_m , em que

$C_m = \langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em uma chácara; } \textit{comi bolo de morango} \rangle$

Neste caso, tenho uma representação quase que inteiramente acurada do evento, com a exceção de que represento ter comido bolo de morango, ao invés de bolo de chocolate. Para o funcionalista, R_m será uma ocorrência de memória se R_m causar em mim uma disposição a acreditar que a festa de aniversário ocorreu, se eu tiver representado perceptualmente esse evento, e se R_m tende a ser causada pelo fato de eu ter representado perceptualmente a festa de aniversário. Como R_m parece satisfazer todas essas condições—isto é, eu tenho a disposição a acreditar que a festa ocorreu, eu representei perceptualmente a festa, e R_m tende a ser causada pela minha representação perceptual—o fato de um dos detalhes do conteúdo de C_m não ser acurado não desqualifica R_m como uma ocorrência genuína de memória.

O mesmo tipo de consideração se aplica a casos em que há adição de conteúdo. Suponhamos que, em outra situação, formo uma representação mnêmica R_{ma} com o seguinte conteúdo:

$C_{ma} = \langle \text{meus pais estavam presentes; joguei futebol com meus amigos; era um dia ensolarado; a festa ocorreu em uma chácara; comi bolo de chocolate; } \textit{havia uma árvore atrás do gol} \rangle$

Neste caso, o conteúdo inicial de C_p é preservado, mas há adição de conteúdo ou informação, isto é, represento que $\langle \text{havia uma árvore atrás do gol} \rangle$. Como R_m acima, R_{ma} também será uma ocorrência de memória para o funcionalista, visto que R_{ma} parece satisfazer todas as condições exigidas pela teoria—isto é, eu tenho a disposição a acreditar que a festa ocorreu, eu representei perceptualmente a festa, e R_{ma} tende a ser causada pela minha representação perceptual—embora C_{ma} tenha mais conteúdo ou informação do que C_p .

3.2. Problemas para a teoria funcionalista

A teoria funcionalista enfrenta dois problemas centrais. O primeiro diz que ela é muito restrita em sua análise do lembrar. O segundo diz que ela é incapaz de explicar a particularidade da memória.

3.2.1. Problema 1: A teoria é muito restrita

O primeiro problema colocado à teoria funcionalista diz que ela é muito restrita em sua tentativa de caracterizar a memória, excluindo casos óbvios que seriam classificados como ocorrências genuínas de lembrança. Dois exemplos do dia a dia são relevantes aqui. O primeiro se refere a situações em que formamos uma representação mnêmica de um evento, mas não formamos a disposição a acreditar que aquele evento aconteceu. Suponhamos que, ao formar uma representação mnêmica da minha festa de aniversário, não tenho certeza se aquela representação corresponde de fato a um evento que ocorreu. Frente a essa dúvida, decido então perguntar aos meus pais se eu tive uma festa de aniversário que ocorreu em uma chácara, em que joguei bola com meus amigos, etc., ao que eles respondem positivamente. Nesse caso, não tenho a disposição a acreditar, no momento em que formo a representação mnêmica, que o evento em questão ocorreu e que eu o experienciei, mas não deixamos de chamar tal representação de memória. Isso fica evidente no modo em que descrevemos tais casos: não dizemos, por exemplo, que antes de conversar com meus pais, eu estava imaginando o evento e só após conversar com eles que passei a lembrá-lo; ao contrário, dizemos que eu estava lembrando antes da conversa, mas que não estava certo de que estava lembrando. Mais ainda, mesmo que assumamos que, após conversar com meus pais, eu tenha formado a disposição para acreditar que o evento em questão ocorreu e que eu o experienciei, não é a representação mnêmica do evento que causa essa disposição, mas sim o testemunho dos meus pais, o que, do ponto de vista da teoria funcionalista, não seria suficiente para dizer que a representação mnêmica é uma memória.

O segundo exemplo se refere a situações em que formamos uma representação mnêmica de um evento, mas formamos uma disposição para *não* acreditar que aquele evento aconteceu. Suponhamos que, ao formar uma representação mnêmica da minha festa de aniversário, adquiro a disposição para acreditar que aquele evento *não* ocorreu, e, portanto, que não o experienciei. Suponhamos então que eu mencione ter tido essa representação aos meus pais, ao que eles me respondem dizendo que estou enganado, pois eu tive, de fato, uma festa de aniversário que ocorreu em uma chácara, em que joguei bola com meus amigos, etc. Nesse caso, tenho a disposição a *não* acreditar, no momento em que formo a representação mnêmica, que o evento

em questão ocorreu e que eu o experienciei, mas não deixamos de chamar tal representação de memória. Isso fica evidente no modo em que descrevemos tais casos: não dizemos, por exemplo, que antes de conversar com meus pais, eu estava imaginando o evento e só após conversar com eles que passei a lembrá-lo; ao contrário, dizemos que eu estava lembrando o evento, mas que por algum motivo, confundi-me e formei a crença de que não o estava lembrando. Mais ainda, mesmo que assumamos que, após conversar com meus pais, eu tenha formado a disposição para acreditar que o evento em questão ocorreu e que eu o experienciei, não é a representação mnêmica do evento que causa essa disposição, mas sim o testemunho dos meus pais, o que, do ponto de vista da teoria funcionalista, não seria suficiente para dizer que a representação mnêmica é uma memória.

3.2.2. Problema 2: A particularidade da memória

O segundo problema enfrentado pela teoria funcionalista tem a ver com a particularidade da memória. Como discutimos acima, a particularidade da memória se refere ao fato de que memórias episódicas são *sobre*, ou se *referem a*, eventos particulares. A particularidade da memória surge como um problema para o funcionalista pelo mesmo motivo pelo qual ela se coloca como um problema para o simacionista, isto é, porque a análise funcionalista não exige que exista uma conexão causal entre representação mnêmica e representação perceptual para que haja memória. Para vermos por que este é caso, retomemos brevemente a análise funcionalista. De acordo com essa análise, para lembrarmos um evento E episodicamente é preciso que, primeiro, tenhamos uma representação mnêmica R_m de E, segundo, que R_m cause em nós uma disposição a acreditar que E ocorreu e que nós tenhamos representado perceptualmente E, e terceiro, R_m *tende a ser causada* pelo fato de termos representado perceptualmente E. Em particular, embora a terceira condição faça menção explícita a uma relação causal, o tipo de relação em questão parece ser bastante distinta daquela discutida pela teoria causal e a qual nos permite explicar a particularidade da memória. Em outras palavras, o funcionalista diz somente que a representação mnêmica deve ter a *tendência* de ser causada pela representação perceptual do evento, mas não que ela deve ser causada, em *todas* as situações, pela representação perceptual. Para tornar esse ponto mais claro, podemos retomar o exemplo da dor. Para o funcionalista, uma dor tende a ser causada por danos no corpo, mas não é necessário que toda dor seja causada por danos no corpo—um exemplo clássico são as dores em membros fantasmas (RAMACHANDRAN; HIRSTEIN, 1998). Do mesmo modo, no caso da memória, é possível que haja uma representação mnêmica que não seja causada pela representação perceptual, mas que ainda assim seja classificada como memória. Na ausência

dessa relação causal, no entanto, a questão que se coloca é o que nos permite dizer que a representação mnêmica é sobre o evento particular experienciado no passado, e não é óbvio que tipo de resposta, se há uma de fato, o funcionalista pode nos dar a essa questão.

Conclusão

Neste artigo, apresentamos e caracterizamos três teorias recentes sobre o lembrar: a teoria causal, a teoria simulacionista, e a teoria funcionalista. O principal ponto de desacordo entre a teoria causal, por um lado, e a teoria simulacionista e a teoria funcionalista, por outro lado, tem a ver com a questão de se conexões causais são ou não necessárias para dizermos que um sujeito lembra genuinamente um evento qualquer. Como vimos, para a teoria causal, tal conexão causal é necessária, enquanto que para a teoria simulacionista e para a teoria funcionalista, nem todos os casos de lembrança genuína exigem a existência de uma conexão causal com a experiência passada. Não é inteiramente óbvio, no entanto, que tipos de limitações e que tipos de vantagens a opção por endossar ou negar a exigência da existência de conexões causais em nossas teorias sobre o lembrar traz para o debate. Essa é, na verdade, uma das questões centrais, e como tal, uma das mais controversas, em debates recentes sobre filosofia da memória. Dado, entretanto, o panorama que traçamos ao longo do artigo, podemos destacar algumas questões que merecem ser exploradas com mais detalhes em pesquisas futuras.

Vimos, ao longo da nossa discussão, que se o objetivo de uma teoria sobre o lembrar é o de estabelecer uma distinção fundamental entre o lembrar e outros processos cognitivos, em particular a imaginação e o reaprendizado, o apelo para a existência de conexões causais parece ser inevitável. No entanto, essa exigência parece estar em conflito com o caráter construtivo da memória. Assim, uma primeira questão que se coloca para pesquisas futuras é se:

(Questão 1) É possível termos uma teoria que, por um lado, afirma que memória, imaginação, e reaprendizado são processos cognitivos que se distinguem fundamentalmente em função de somente a memória exigir conexões causais, mas que, por outro lado, seja capaz de incorporar de modo robusto o caráter construtivo da memória?

Em caso de resposta *positiva*, o grande desafio que se coloca é o de articular uma teoria que consiga conciliar essas duas ideias. Além disso, ainda que tal teoria seja possível, um argumento mais robusto que estabeleça que a existência de conexões causais é *suficiente* para distinguir

entre o lembrar e outros processos cognitivos é necessário. Como o exemplo do pintor nos mostra (ver Seção 3.1.1), há casos em que, ainda que haja uma conexão causal com uma representação passada, estamos inclinados a descrevê-los como casos de imaginação. Para resolver o problema, o funcionalista sugere que incluamos um critério que exige a presença da *crença*, por parte do sujeito, de que ele lembra o evento em questão. O problema com essa sugestão, no entanto, é que exigir a presença de crença no momento do lembrar parece ser muito restritivo, colocando assim a questão de se outro critério deve ser adicionado em seu lugar. Desse modo, ainda que uma teoria ofereça uma resposta conciliatória ao questionamento inicial, ela terá que lidar com outros dois questionamentos centrais, isto é,

(Questão 2) É a exigência de conexões causais para o lembrar suficiente para distinguir entre memória e outros processos cognitivos, principalmente a imaginação?

(Questão 3) Em caso negativo, o que mais é preciso para estabelecer essa distinção? É a presença da crença, como diz o funcionalista? Ou é preciso apelar para outros elementos? Se sim, quais são esses elementos?

Caso optemos, em contrapartida, por uma resposta *negativa* à Questão 1, podemos seguir dois caminhos distintos. O primeiro se assemelha ao caminho traçado pela teoria causal, o qual consiste em dizer que a questão fundamental que deve ser respondida por uma teoria do lembrar é a de distinguir, em um nível mais fundamental, entre o lembrar e outros processos cognitivos, e que tal distinção é dada de modo satisfatório apelando à exigência de conexões causais para o lembrar. O grande desafio enfrentado por filósofos simpáticos a essa estratégia é, no entanto, o de explicar como conciliar essa abordagem com aquilo que as ciências empíricas nos dizem sobre a natureza da memória, em particular, sobre o seu caráter construtivo.

O segundo caminho se assemelha ao traçado pela teoria simulacionista e, em parte, pela teoria funcionalista, que consiste em dizer que um dos objetivos fundamentais de uma teoria sobre o lembrar é o de fornecer uma análise do lembrar que é compatível com seu caráter construtivo. O grande desafio que se coloca para essas abordagens é, no entanto, o de lidar com o *problema da particularidade* da memória, isto é, como explicar como nossas memórias são *sobre*, ou se *referem a*, eventos do passado. Assim, uma quarta questão que se coloca para futuras teorias sobre o lembrar é a questão de:

(Questão 4) Se abandonarmos a exigência por conexões causais, como podemos explicar a particularidade da memória?

Essa questão, em particular, não tem recebido devida atenção em debates recentes, não sendo claro, portanto, quais são as opções disponíveis aqui.

Para concluir, gostaríamos de enfatizar que, independentemente da abordagem que adotemos nesse debate, ainda existem importantes questões que precisam ser respondidas para podermos decidir qual teoria sobre o lembrar é a mais promissora. Esperamos, desse modo, que a discussão apresentada aqui sobre a teoria causal, sobre a teoria simulacionista, e sobre a teoria funcionalista, assim como os questionamentos destacados ao longo do artigo, sirvam como pontos de partida para pesquisas futuras em filosofia da memória e, em particular, pesquisas sobre teorias sobre o lembrar.

Referências

ADDIS, D. R. Are episodic memories special? On the sameness of remembered and imagined event simulation. **Journal of the Royal Society of New Zealand**, v. 48, n. 2–3, p. 64–88, 2018.

ADDIS, D. R.; WONG, A. T.; SCHACTER, D. L. Remembering the past and imagining the future: common and distinct neural substrates during event construction and elaboration. **Neuropsychologia**, v. 45, n. 7, p. 1363–1377, 2007.

BARTLETT, F. C. **Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology**. Cambridge University Press, 1932.

BERNECKER, S. **Memory: A Philosophical Study**. Oxford University Press, 2010.

BERNECKER, S. Autoconhecimento e os limites da autenticidade. Traduzido por César Schirmer dos Santos. **Sképsis**, v. 9, n. 13, p. 105–125, 2016.

BYRNE, A. Recollection, perception, imagination. **Philosophical Studies**, v. 148, n. 1, p. 15–26, 2010.

CHENG, S.; WERNING, M. What is episodic memory if it is a natural kind?. **Synthese**, v. 193, n. 5, p. 1345–1385, 2016.

DE BRIGARD, F. Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking. **Synthese**, v. 191, n. 2, p. 155–185, 2014.

DEBUS, D. Accounting for epistemic relevance: A new problem for the causal theory of memory. **American Philosophical Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 17–29, 2010.

DEBUS, D. 'Mental time travel': Remembering the past, imagining the future, and the particularity of events. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 5, n. 3, p. 333–350, 2014.

DEESE, J. Influence of Inter-Item Associative Strength upon Immediate Free Recall. **Psychological Reports**, v. 5, n. 3, p. 305–312, 1959.

FERNÁNDEZ, J. The Functional Character of Memory. In: MICHAELIAN, K.; DEBUS, D.; PERRIN, D. (Orgs.); **New Directions in the Philosophy of Memory**, p.52–72. Routledge, 2018.

FERNÁNDEZ, J. **Memory: A Self-Referential Account**. New York: Oxford University Press, 2019.

FRISE, M. Epistemology of Memory. **Internet Encyclopedia of Philosophy**, 2019. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/epis-mem/>>. Acesso em: 8/10/2019.

HOLLAND, R. The empiricist theory of memory. **Mind**, v. 63, n. 252, p. 464–486, 1954.

HUME, D. **A Treatise of Human Nature**. Clarendon Press, 2011.

INTRAUB, H.; BENDER, R. S.; MANGELS, J. A. Looking at pictures but remembering scenes. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 18, n. 1, p. 180–191, 1992.

JAMES, S. Epistemic and non-Epistemic Theories of Remembering. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 98, n. S1, p. 109–127, 2017.

KLEIN, S. B. What memory is. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, v. 6, n. 1, p. 1–38, 2015.

KNEALE, M. Our Knowledge of the Past and of the Future. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 72, n. 1, p. 1–12, 1972.

MALCOLM, N. **Knowledge and Certainty**. Englewood Cliffs, 1963.

MARTIN, C. B.; DEUTSCHER, M. Remembering. **Philosophical Review**, v. 75, n. 2, p. 161–96, 1966.

MCCARROLL, C. **Remembering from the Outside: Personal Memory and the Perspectival Mind**. New York: Oxford University Press, 2018.

MICHAELIAN, K. Generative memory. **Philosophical Psychology**, v. 24, n. 3, p. 323–342, 2011.

MICHAELIAN, K. **Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past**. MIT Press, 2016a.

MICHAELIAN, K. Against discontinuism: Mental time travel and our knowledge of past and future events. In: MICHAELIAN, K.; KLEIN, S. B.; SZPUNAR, K. K. (Orgs.); **Seeing the Future: Theoretical Perspectives on Future-Oriented Mental Time Travel**, p.62–92. Oxford University Press, 2016b.

MICHAELIAN, K.; PERRIN, D.; SANT’ANNA, A. Continuities and discontinuities between imagination and memory: The view from philosophy. In: ABRAHAM, A. (Org.); **Cambridge Handbook of Imagination**, no prelo. Cambridge University Press.

MICHAELIAN, K.; ROBINS, S. K. Beyond the causal theory? Fifty years after Martin and Deutscher. In: MICHAELIAN, K.; DEBUS, D.; PERRIN, D. (Orgs.); **New Directions in the Philosophy of Memory**, p.13–32. Routledge, 2018.

MILLIKAN, R. G. **Language, Thought, and Other Biological Categories**. Cambridge: The MIT Press, 1984.

NIGRO, G.; NEISSER, U. Point of view in personal memories. **Cognitive Psychology**, v. 15, n. 4, p. 467–482, 1983.

PERRIN, D. Le contenu du souvenir épisodique: une singularité non fondée sur l’acointance. **Les Etudes Philosophiques**, no prelo.

PERRIN, D. Asymmetries in subjective time. In: MICHAELIAN, K.; KLEIN, S. B.; SZPUNAR, K. K. (Orgs.); **Seeing the Future: Theoretical Perspectives on Future-Oriented Mental Time Travel**, p. 39–61. Oxford University Press, 2016.

PERRIN, D. A Case for Procedural Causality. In: MICHAELIAN, K.; DEBUS, D.; PERRIN, D. (Orgs.); **New Directions in the Philosophy of Memory**, p. 33–51. Routledge, 2018.

PERRIN, D.; MICHAELIAN, K. Memory as mental time travel. In: BERNECKER, S.; MICHAELIAN, K. (Orgs.); **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, p. 228–239. Routledge, 2017.

PUTNAM, H. Minds and Machines. **Mind, Language and Reality**. p.362–385, 1975a. New York: Cambridge University Press.

PUTNAM, H. The Nature of Mental States. **Mind, Language and Reality**. p.429–440, 1975b. New York: Cambridge University Press.

RAMACHANDRAN, V. S.; HIRSTEIN, W. The perception of phantom limbs. The D. O. Hebb lecture. **Brain**, v. 121, n. 9, p. 1603–1630, 1998.

RICE, H. J. Seeing where we're at: a review of visual perspective and memory retrieval. In: MACE, J. H. (Org.); **The Act of Remembering: Toward an Understanding of How We Recall the Past**, p. 228–258. Wiley-Blackwell, 2010.

RICE, H. J.; RUBIN, D. C. I can see it both ways: First- and third-person visual perspectives at retrieval. **Consciousness and Cognition**, v. 18, n. 4, p. 877–890, 2009.

ROBINS, S. K. Representing the past: Memory traces and the causal theory of memory. **Philosophical Studies**, v. 173, n. 11, p. 2993–3013, 2016a.

ROBINS, S. K. Misremembering. **Philosophical Psychology**, v. 29, n. 3, p. 432–447, 2016b.

ROBINS, S. K. Confabulation and constructive memory. **Synthese**, 2017.

ROEDIGER, H.; MCDERMOTT, K. Creating false memories: Remembering words not presented in lists. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 21, n. 4, p. 803–814, 1995.

RUSSELL, B. **The Analysis of Mind**. London: George Allen & Unwin, 1921.

SANT'ANNA, A. Mental time travel and the philosophy of memory. **Unisinos Journal of Philosophy**, v. 19, n. 1, p. 52–62, 2018a.

SANT'ANNA, A. The hybrid contents of memory. **Synthese**, 2018b.

SCHACTER, D. L.; ADDIS, D. R.; BUCKNER, R. L. Remembering the past to imagine the future: the prospective brain. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 8, n. 9, p. 657–661, 2007.

SCHACTER, D. L.; ADDIS, D. R.; HASSABIS, D.; et al. The future of memory: remembering, imagining, and the brain. **Neuron**, v. 76, n. 4, p. 677–694, 2012.

SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. Mental time travel and the evolution of the human mind. **Genetic, Social, and General Psychology Monographs**, v. 123, n. 2, p. 133–167, 1997.

SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. The evolution of foresight: What is mental time travel, and is it unique to humans? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 30, n. 03, p. 299–313, 2007.

SUTTON, J. **Philosophy and Memory Traces: Descartes to Connectionism**. Cambridge University Press, 1998.

TULVING, E. Episodic and semantic memory. In: TULVING, E.; DONALDSON, W. (Orgs.); **Organization of Memory**, p. 381–402. Academic Press, 1972.

TULVING, E. **Elements of Episodic Memory**. Oxford University Press, 1985.

TULVING, E. Episodic memory and autonoesis: Uniquely human? In: TERRACE, H. S.; METCALFE, J. (Orgs.); **The Missing Link in Cognition: Origins of Self-Reflective Consciousness**, p. 3–56. Oxford University Press, 2005.